

► HOSPITAL SÃO VICENTE

Matheus Gomes será anunciado novo superintendente

Mesmo antes de o comitê gestor de crise do Hospital São Vicente de Paulo (HSVP) ser diluído, o novo superintendente será anunciado. Aos 37 anos, Matheus Siqueira Gomes, já conhecido na cidade, deve assumir em breve o comando do hospital vicentino. Ele foi conduzido ao posto a pedido da administração municipal, por meio de ofício, encaminhado ao conselho vicentino e assinado pelo gestor de Saúde, Vagner Vilela.

Em suas redes sociais, Gomes ainda figura como diretor-geral da Pró Saúde - Hospital Municipal de Mogi das Cruzes, onde ingressou em 2014. Pela mesma empresa, já trabalhou em Jundiá,

em gestões tucanas anteriores, no Hospital Universitário (HU).

A reunião que referendou o nome do administrador hospitalar para o cargo de superintendente aconteceu no sábado (11) e, somente ontem, foi oficializado aos médicos da instituição. Contudo, Gomes já era visto desde o início do ano nos corredores do hospital. Durante a visita do prefeito Luiz Fernando Machado ao hospital, nas primeiras semanas de governo, Gomes foi apresentado como diretor de finanças, porém, não chegou a ser contratado para o posto.

Segundo fontes consultadas pelo Jornal de Jundiá Re-

gional, Gomes ainda não faz parte do quadro de funcionários do HSVP, mas deve receber, a partir de sua oficialização ao cargo de superintendente, R\$ 20 mil de salário, se não houver modificações em relação ao que vinha sendo pago no ano passado.

Na sexta-feira passada (10), Vilela afirmou que nesta semana seria realizada reunião no hospital para apresentação dos dados tanto para o secretário quanto para o prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB). Contudo, apesar de na segunda-feira o gestor de saúde ter passado o dia inteiro na instituição, não houve reunião com o prefeito. (L.M.)



PROFISSIONAL Matheus Siqueira Gomes tem 37 anos e deve ficar no comando do HSVP



LUCIANA MÜLLER E AGÊNCIAS
lmuller@jj.com.br

Ajudinha

No horário liberado para a Tribuna Livre, Jones Henrique Martins, que foi candidato a vereador na eleição passada, desde a primeira sessão da Câmara este ano usa o espaço para comentar assuntos relacionados à cidade. Ontem, fez questão de entregar cópias de seus projetos para os vereadores. A intenção dele é que algum projeto seu seja usado por outro vereador.

Legalização

Alçado para o espaço da Tribuna Livre após sequência de ausências, Camélio Ferreira de Jesus usou seus cinco minutos para comentar sobre socialismo, lembrar de políticos de outros tempos e, por fim, após vencer seu tempo, tentou emplacar a discussão sobre a legalização da maconha, já que, por vezes usou os terminais de ônibus da cidade e teria observado uma 'nuvem' de fumaça da droga inebriando o local.

Brasília

O vereador Cristiano Lopes (PSD) viaja hoje para Brasília e vai encontrar o ministro do Desenvolvimento Econômico para debater o projeto do Tecnovale de Jundiá. Segundo Lopes, que estará acompanhado do vereador Edicarlos Vieira (PSD), desde que houve a mudança de ministro, a tramitação do projeto parou. "A intenção é conseguir verbas para a obra, já que a terraplanagem está em fase final", disse.

Correios

O vereador Rogério da Silva (PHS) foi acionado pela população da região da avenida José Mezzalana, no Ivoturucuaia, por conta do encontro de uma caixa com mais de 500 camêes do IPTU. O documento, que é entregue pelos Correios nas residências, foi levado para a Prefeitura de Jundiá, para que as medidas cabíveis sejam tomadas. O vereador estava inconformado com a situação.

Liberdade de imprensa

O presidente Michel Temer afirmou ontem (14), por meio de nota oficial, que tem compromisso permanente e inarredável com a defesa e a promoção da liberdade de imprensa. "O presidente da República notou que no dia de hoje tentou-se imputar-lhe a pecha de inimigo e censor da imprensa", diz trecho de nota divulgada por seu porta-voz, Alexandre Parola.

Fim dos cargos

Relator da reforma política na Câmara, o petista Vicente Cândido (SP) afirmou que uma das propostas a serem debatidas no colegiado será o fim dos cargos de vice-presidente, vice-governador e vice-prefeito. Cândido afirmou que a proposta é fruto de várias conversas que teve, não citou nomes e negou qualquer relação com o impeachment de Dilma Rousseff (PT), o que levou ao poder o vice, Michel Temer (PMDB).

► ALTERNATIVA

Benefício foi aprovado ontem, na sessão da Câmara, por unanimidade; outros itens não tiveram discussão

Fumas negociará habitações da CDHU para reduzir auxílio

LUCIANA MÜLLER
lmuller@jj.com.br

Com a aprovação dos R\$ 850 de auxílio-moradia para cerca de 200 famílias - 102 são de ex-moradores da região da Baixada Paranaense e Jardim Tamoio -, a superintendente da Fundação Municipal de Ação Social (Fumas), Solange Marques, explica que a expectativa é conseguir negociar com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano (CDHU) apartamentos que estão em fase de recuperação pelo órgão para atender essas famílias. O levantamento está sendo feito para determinar quantas unidades se encontram em recuperação.

Solange, que foi referendada na sessão da Câmara de ontem, juntamente com a votação e aprovação por unanimidade do projeto de lei 12.174, do auxílio-moradia, afirma que não houve alteração no convênio anterior que vinha sendo aplicado até dezembro do ano passado. "O valor é fixo de R\$ 850 por família, sendo que o imóvel pode até ter um valor de aluguel maior, mas terá de ser complementado pelos mo-



VOTAÇÃO Sessão da noite de ontem contou com Casa cheia, pela votação do auxílio

radores. A intenção é conseguir reduzir o número de famílias beneficiadas com o auxílio, no decorrer do ano, com a negociação de imóveis retomados da CDHU por inadimplência. Desta forma, as famílias seriam atendidas imediatamente", explica. Ainda não há levantamento de quantos imóveis se encaixariam na condição.

O vereador Márcio Pentecostes de Sousa, o Márcio Cabeleireiro (PMDB), fez questão de solicitar projetos de moradia.

"As pessoas que estão no auxílio devem ser priorizadas nos projetos habitacionais da cidade. É preciso ter um olhar diferente", aponta.

Dos demais projetos apresentados, os vetos foram mantidos, um projeto adiado para maio e as moções aprovadas pelos vereadores. A Câmara votou em unanimidade em todos os projetos. Aqueles que não tiveram a totalidade de votos 'sim' foi por conta das ausências de vereadores no momento do voto.

► DEMISSÕES

Agentes de saúde pedem ajuda

A sessão da Câmara de Jundiá foi interrompida, na noite de ontem, para que os vereadores pudessem atender uma comissão de agentes de saúde. Eles solicitam ajuda ao legislativo para evitar demissões das profissionais.

Com 15 anos de profissão e contratada como temporária, Marta Maria Silva Martins é agente de saúde e está preocupada. "A prefeitura investiu em capacitação. Contratar outras pessoas exige mais gasto. Tenho acamados que atendo. Eles estão preocupados", comenta.

Segundo Fernando Souza, secretário de Negócios Jurídicos e Cidadania, existem 25 processos tramitando nas varas trabalhistas por conta desta categoria. "Houve uma



PREOCUPAÇÃO Agentes de saúde querem apoio do Legislativo

modificação na legislação e algumas agentes entraram com processo na Justiça. As sentenças estão saindo e não há como o Executivo não cumprir, pois é improbidade administrativa", comenta.

► NO RIO

MPF denuncia Cabral por 184 crimes de lavagem de dinheiro

O Ministério Público Federal no Rio de Janeiro (MPF/RJ) apresentou ontem (14) nova denúncia à 7ª Vara Federal contra o ex-governador Sérgio Cabral por 184 crimes de lavagem de dinheiro. Os fatos foram investigados na Operação Eficiência, dentro da força-tarefa da Operação Lava Jato no Estado.

Com 99 páginas, a denúncia também inclui crimes de lavagem de dinheiro praticados por outras dez pessoas: Carlos Miranda (147 crimes), Carlos Bezerra (97 crimes), Sérgio Castro de Oliveira (6 crimes), Ary Ferreira da Costa Filho (2 crimes), Adriana Ancelmo (7 crimes), Thiago de Arago o Gonçalves (7 crimes), Francisco de Assis Neto (29 crimes), Álvaro Jose Galliez Novis (32 crimes) e dois doleiros

que agiriam como operadores financeiros do grupo. Na denúncia, Sérgio de Oliveira, Thiago de Arago, Francisco de Assis e Álvaro Novis também aparecem como integrantes da organização criminosa que seria liderada pelo ex-governador.

Segundo a investigação, os doleiros recebiam dinheiro em espécie originário de corrupção, custodiavam os valores e depois distribuíam para pagamentos de despesas dos acusados. De acordo com o MPF, os colaboradores entregaram uma planilha de controle de caixa "que aponta que os recursos por eles custodiados foram utilizados para pagamentos de despesas, no período de 1º de agosto de 2014 a 10 de junho de 2015, no valor de R\$

39.757.947,69 - uma média de aproximadamente R\$ 4 milhões por mês".

De acordo com o MPF, as provas reunidas nas operações Calicute e Eficiência "comprovaram que Sérgio Cabral, no comando da organização criminosa, Carlos Miranda, Carlos Bezerra, Sérgio de Oliveira, Thiago Arago, Adriana Ancelmo, Álvaro Novis, Francisco de Assis Neto, Ary Ferreira da Costa Filho e os colaboradores promoveram a lavagem de ativos no Brasil". Ainda ontem, Cabral passou mal na Cadeia Pública Pedrolino Werling de Oliveira no Complexo Penitenciário de Gericinó. Ele foi atendido no ambulatório da cadeia e encaminhado para exames na UPA, que também fica no complexo.

► MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Velloso tem encontro reservado com Temer

Cotado para o comando do Ministério da Justiça, o ex-ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Carlos Velloso teve um encontro reservado ontem (14) com o presidente Michel Temer. O magistrado foi levado ao Palácio do Planalto pelo secretário nacional do PSDB, Aécio Neves.

Segundo a reportagem apurou, o encontro teve como objetivo aproximar Temer de Velloso para uma eventual nomeação para o cargo, que ficou vago com a indicação de Alexandre de Moraes para o STF. O nome de Velloso ganhou força para o cargo após a revelação de que o deputado federal Rodrigo Pacheco (PMDB-MG) criticou no passado o Ministério Público. O en-

contro entre Velloso e Temer foi costurado no final de semana, em almoço entre o presidente e tucanos. Na reunião, segundo relatos, Temer afirmou que Pacheco, defendido pela bancada peemedebista, não tem força jurídica para a função. O presidente também considerou que Velloso, por ser mineiro, poderia ser uma opção para agradar a bancada do PMDB de Minas Gerais, que reivindica espaço na Esplanada dos Ministérios.

Para evitar um novo desgaste de imagem, o presidente definiu que não indicará ao Ministério da Justiça um nome que tenha feito qualquer crítica à Operação Lava Jato ou à atuação do Ministério Público. (Folhapress)